

Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 30 de setembro de 2003
Em milhares de reais

1 Apresentação das Informações Financeiras Trimestrais - IFT

Apresentadas conforme norma do Banco Central do Brasil – BACEN.

2 Práticas contábeis

As Informações Financeiras Trimestrais - IFT's são de responsabilidade da administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

3 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Novo critério de avaliação e classificação contábil

O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da Circular nº 3.068/01, estabeleceu um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários que são classificados de acordo com a intenção da administração e estão divididas em: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Da mesma forma, de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção "hedge".

(b) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Categoria	setembro de 2003
Títulos para negociação	18.497.705
Títulos disponíveis para venda	7.935.888
Títulos mantidos até o vencimento	46.139.557
Instrumentos financeiros derivativos	6.184
	72.579.334

Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 30 de setembro de 2003
Em milhares de reais

(c) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

	<u>setembro de 2003</u>
CARTEIRA PRÓPRIA	44.986.855
Títulos de Renda Fixa	44.671.674
Letras Financeiras do Tesouro	42.838.678
Notas do Tesouro Nacional	813.791
Notas do Banco Central	41.046
Certificado Financeiro do Tesouro	504.688
Créditos Securitizados	416.277
Outros títulos	57.194
Cotas de fundos de investimentos	300.013
Cotas de fundos de renda variável	15.168
TÍTULOS VINCULADOS	27.592.479
Operações Compromissadas	26.598.712
Letras Financeiras do Tesouro	22.542.243
Letras do Tesouro Nacional	2.437.732
Notas do Tesouro Nacional	1.241.594
Notas do Banco Central	377.143
Banco Central	534.866
Letras Financeiras do Tesouro	534.866
Prestação de Garantias	452.717
Letras Financeiras do Tesouro	452.717
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6.184
	<u>72.579.334</u>

(d) Instrumentos financeiros derivativos

As operações realizadas pela CAIXA, envolvendo derivativos, visam a atender às necessidades próprias e de seus clientes e, também, reduzir os riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada pela definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles internos e determinação de limites das posições.

4 Carteira de crédito

(a) Composição das carteiras de crédito por tipo de operação

<u>Descrição</u>	<u>setembro de 2003</u>
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos: (1)	8.070.542
Financiamentos Imobiliários	16.192.227
Financiamentos de Infra-estrutura e Desenvolvimento	753.622
Outros créditos	751.525
	<u>25.767.916</u>

Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 30 de setembro de 2003

Em milhares de reais

(1) Contempla financiamentos ao setor público de contratos de refinanciamento de dívidas do Governo Federal, no valor de R\$ 664.191, com base na Lei nº 8.727/93, sendo a União responsável pela sua liquidação. A Medida Provisória nº 2.181-45 (anteriormente Medida Provisória nº 2.103-42), de 24 de agosto de 2001, autorizou a União a antecipar a liquidação desses contratos. Sobre esses contratos incidem juros anuais de até 12%, mais atualização de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR). Essas operações de refinanciamento estão garantidas pelo Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

(b) Classificação por modalidade e níveis de risco das operações de crédito

Nível de Risco	Empréstimos e Títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários	Outros Créditos	Total 2003	%
AA	654.010	564.191	491.161		1.709.362	6,63
A	1.409.222	453.855	5.450.633	38.100	7.351.810	28,54
B	964.565	370.462	1.792.069	319.809	3.446.905	13,38
C	832.999	246.209	2.953.651	8.269	4.041.128	15,68
D	1.063.558	374.677	4.295.935	10.226	5.744.396	22,29
E	72.971	102.845	474.221	850	650.887	2,53
F	35.244	35.716	280.053	274	351.287	1,36
G	64.628	30.683	187.783	283	283.377	1,10
H	443.396	351.311	1.020.343	373.714	2.188.764	8,49
	5.540.593	2.529.949	16.945.849	751.525	25.767.916	100,00

(c) Composição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de Risco/%	Empréstimos e Títulos Descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários	Outros Créditos	Total 2003	%
A 0,5	7.046	2.269	27.252	190	36.757	0,96
B 1	7.645	5.705	17.920	3.198	34.468	0,90
C 3	24.989	7.386	119.440	248	152.063	3,98
D 10	109.051	62.830	604.336	1.022	777.239	20,36
E 30	16.891	35.853	201.194	255	254.193	6,66
F 50	17.622	17.858	140.028	137	175.645	4,60
G 70	45.239	21.478	131.449	198	198.364	5,20
H 100	443.396	351.311	1.020.343	373.714	2.188.764	57,34
	671.879	504.690	2.261.962	378.962	3.817.493	100,00

Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 30 de setembro de 2003
Em milhares de reais

5 Outros Créditos Diversos

(a) Outros créditos diversos

	<u>setembro de 2003</u>
Adiantamentos	623.754
Créditos tributários	1.739.833
Devedores por depósitos em garantia	991.119
Impostos e contribuições a compensar	19.934
Pagamentos a ressarcir	40.934
Participações pagas antecipadamente	555.912
Outros créditos com características de concessão de crédito	751.525
Devedores para a compra de valores e bens	95.215
Títulos e créditos a receber	656.310
Valores a receber - BAMERINDUS (ii)	302.941
Cartão de crédito	346.384
Outros títulos e créditos a receber	6.985
Outros créditos sem características de concessão de crédito	382.742
Títulos e créditos a receber	382.742
Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA (i)	205.512
Governo do Estado da Bahia - EMBASA (i)	176.238
Outros	992
Devedores diversos	196.481
Valores a apropriar - Empréstimos e financiamentos (iii)	240.884
Seguros a receber	190.802
Outros devedores	40.092
Provisão para perdas - Devedores diversos	<u>(275.297)</u>
	<u>5.302.236</u>

(i) Refere-se à antecipação de recursos de privatização ao Governo do Estado da Bahia (EMBASA), remunerados pela taxa SELIC, e ao Governo do Estado de Pernambuco (COMPESA), remunerados pela TR mais 12% ao ano.

(ii) Refere-se a créditos com a Massa Falida do Bamerindus, originados preponderantemente pela aquisição de créditos imobiliários, os quais se encontram totalmente provisionados.

(iii) Referem-se principalmente a valores registrados a débito de financiamentos imobiliários, não classificados pelo Sistema de Controle de Financiamentos - SIACI, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos. Esses valores estão correlacionados a registros credores de mesma natureza indicados na Nota 8 (b).

Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 30 de setembro de 2003

Em milhares de reais

6 Ativo permanente

(a) Imobilizado de uso

	setembro de 2003		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Imóveis de Uso	791.097	(23.596)	767.501
- Edificações	136.884	(6.640)	130.244
- Reavaliação de edificações	439.944	(16.956)	422.988
- Terrenos	71.441		71.441
- Reavaliação de terrenos	142.828		142.828
Imobilizações em curso	37.580		37.580
Instalações, móveis e equipamentos de uso	358.613	(201.200)	157.413
Sistema de comunicação	49.019	(23.167)	25.852
Sistema de processamento de dados	1.136.176	(723.299)	412.877
Sistema de transporte e segurança	57.610	(19.058)	38.552
Outras Imobilizações de Uso	16		16
	2.430.111	(990.320)	1.439.791

(b) Diferido

	<u>setembro de 2003</u>
Gastos em imóveis de terceiros	315.213
Gastos com projetos logísticos	589.529
Benfeitorias em imóveis próprios	184.304
Amortizações acumuladas	<u>(576.733)</u>
	<u>512.313</u>

(c) Enquadramento no índice de imobilização

O índice de imobilização situa-se em 39,94%, estando a CAIXA enquadrada na forma definida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 2.669/99, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 30 de setembro de 2003
Em milhares de reais

7 Depósitos

(a) Os depósitos a prazo incluem os depósitos judiciais, no montante de R\$ 23.042.497, os quais são remunerados com base na Taxa Referencial (TR). Para os depósitos judiciais, nos âmbitos trabalhista e estadual, incidem, ainda, juros de 6% ao ano. Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	setembro de 2003			
	À vista	A prazo	Interfinanceiro	Poupança
Curto prazo	4.209.440	25.282.055	50.000	43.425.398
Sem vencimento	4.209.440	23.042.497		43.425.398
De 31 a 90 dias		1.271.146	50.000	
De 91 a 360 dias		968.412		
Longo prazo		1.210.257		
Acima de 360 dias		1.210.257		
	4.209.440	26.492.312	50.000	43.425.398

(b) Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de outros fundos e programas, sendo atualizados os depósitos do FGTS pela taxa SELIC, conforme Resoluções nºs 279 e 295 do Conselho Curador do FGTS, de 17 de fevereiro e de 26 de agosto de 1998, e os demais - Especiais com remuneração, FAS, FISANE e PRODEC, atualizados pela TR; os depósitos do PROGER e do FAT a aplicar, atualizados pela taxa SELIC; aplicados pela TJLP e os depósitos do PIS, atualizados pela taxa extra mercado, demonstrados como segue:

	setembro de 2003
Depósitos - FGTS	2.046.080
Depósitos - Especiais com remuneração	849.431
Depósitos - FAS	332.221
Depósitos - PROGER	1.413.012
Depósitos - FISANE	162.360
Depósitos - PRODEC	24.271
Depósitos - PIS	115.123
Depósitos - FAT	147.189
Outros	111.063
	5.200.750

Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 30 de setembro de 2003

Em milhares de reais

8 Outras obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

	<u>setembro de 2003</u>
Imposto de renda sobre lucros a pagar	25.692
Impostos e contribuições a recolher	192.353
COFINS	43.615
PASEP	7.087
Sobre salários	75.659
Sobre serviços	65.992
Impostos e contribuições diferidos	227.949
IR sobre reserva de reavaliação - Edificações	106.146
CS sobre reserva de reavaliação - Edificações	38.213
IR sobre ajustes valor mercado - Títulos disponíveis para venda	61.464
CS sobre ajustes valor mercado - Títulos disponíveis para venda	22.126
Provisão para riscos fiscais	815.246
PASEP (i)	560.533
INSS (ii)	101.484
ISS (iii)	139.384
Outros	13.845
	<u>1.261.240</u>

(i) A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449/88, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos e tributários, considerando as jurisprudências já divulgadas sobre a matéria, e em face das possibilidades de êxito vislumbradas, a Administração entende que a provisão constituída no valor de R\$ 560.533 é suficiente para cobrir eventuais decisões desfavoráveis em algumas partes do processo.

(ii) A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores que foram reposicionados para 30 de setembro de 2003, conforme relatório do INSS, montam a R\$ 827.006.

É entendimento da CAIXA que os pagamentos autuados não estão sujeitos ao recolhimento da contribuição previdenciária, haja vista a sua característica indenizatória e as disposições legais aplicáveis, motivo pelo qual os débitos se encontram sob questionamento judicial.

Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 30 de setembro de 2003

Em milhares de reais

De acordo com a opinião dos seus consultores jurídicos e tributários, a Administração, em face das possibilidades de êxito vislumbradas para os processos, definiu percentuais de provisão relativos a cada ação que, a partir de 2003, estão segregados na rubrica "Provisão para contingências INSS" e somam R\$ 101.484 no mês de setembro de 2003.

(iii) As fiscalizações municipais atuaram a CAIXA nos diversos municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 30 de setembro de 2003 corresponde ao montante de R\$ 139.384, totalmente provisionado.

(b) Outras obrigações - Diversas

	<u>setembro de 2003</u>
Obrigações por contribuições ao SFH	66.812
Obrigações por convênios oficiais	73.664
Provisão para pagamentos a efetuar	966.222
Despesas de pessoal	831.832
Outras despesas administrativas	26.626
Outros pagamentos	107.764
Provisão para passivos contingentes	1.725.252
PREVHAB/FUNCEF - Reservas Técnicas	314.144
Provisão para contingências	1.411.108
Recursos do FGTS	2.099
Subscrições de capital a integralizar	1.309
Credores diversos - Exterior	701
Credores diversos - País	2.308.111
Cartões de crédito	403.893
Contas a pagar	229.727
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	520.290
UNIÃO	52.131
Créditos adquiridos	540.269
Valores a apropriar - Empréstimos e financiamentos	440.308
Outros credores diversos	98.024
Provisão para credores diversos	23.469
	<u>5.144.170</u>

A CAIXA possui na esfera passiva, ações trabalhistas, cíveis, ações relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas e passivas, inclusive em função de planos econômicos, ações diversas relacionadas a financiamento imobiliário, loterias, perdas e danos, ações fiscais, entre outras. Essas ações são avaliadas e revisadas periodicamente.

A Administração entende, com base em pareceres de seus advogados, levando em conta que em geral os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, que tais processos não implicarão prejuízos relevantes, que excedam o saldo da provisão para essas contingências, suficiente para a cobertura de eventuais decisões judiciais desfavoráveis à CAIXA.

Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 30 de setembro de 2003
Em milhares de reais

9 Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução 2.099/94 (Acordo da Basileia)

Conforme determinações da Resolução 2.099/94 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio líquido para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, o patrimônio líquido exigido para a Caixa Econômica Federal, em 30 de setembro de 2003, atinge o montante de R\$ 3.325.715, correspondente a 11% do ativo ponderado pelo risco.

A CAIXA possui, na mesma data, patrimônio de referência de R\$ 5.700.067, apresentando suficiência de R\$ 2.374.352, com o percentual de 18,85% sobre o mesmo ativo.

10 Outras informações

Para maiores informações, consultar notas explicativas às demonstrações financeiras de 30 de junho de 2003, publicado no dia 28 de agosto de 2003 no Diário Oficial da União e no jornal Correio Braziliense (DF).

* * *

Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 30 de setembro de 2003
Em milhares de reais

Jorge Eduardo Levi Mattoso
Presidente

Aser Cortines Peixoto Filho
Vice-Presidente

Fábio Lenza
Vice-Presidente

Fernando Nogueira da Costa
Vice-Presidente

João Aldemir Dornelles
Vice-Presidente

João Carlos Garcia
Vice-Presidente

Marcos José Rodrigues Torres
Vice-Presidente

Paulo Roberto Paixão Bretas
Vice-Presidente

Telmo Marques Costa
Superintendente Nacional de Contadoria
Contador – CRC-CE-5.031/O-4 T - DF

José Rogério Krticka
Gerente Nacional de Contabilidade CAIXA
Contador - CRC-RS-035890/T-2 - DF